

A SRA. LUCINHA - Continuando, queria ouvir da Ana Cristina Costa, o pouco do período em que ele ficou como presidente do conselho da UNIR, a senhora como esposa dele ali no dia a dia, quais eram as atividades que ele desenvolvia nesse conselho? Tinham reuniões semanais durante o período que ele ficou? Porque ele era presidente do conselho, num pequeno período, mas foi presidente do conselho, então tinha poder de deliberar. Ele é presidente do conselho, não é só um membro. A senhora como esposa dele sabe nos dizer quais foram as assembleias que ele participou para discutir determinadas questões em relação a UNIR?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Ele participou de três assembleias. Na verdade, ele não precisava ficar... é... disponível. Quando as assembleias são convocadas os conselheiros são convocados e aí se reúnem para tratar de uma ordem do dia, ou alguma coisa assim, uma assembleia extraordinária. E foram três reuniões.

A SRA. LUCINHA - A senhora não achou estranho o seu marido do nada entrar na UNIR Saúde? Nessa Organização Social que já vinha mal das pernas, que a senhora como diretora jurídica já tinha o acompanhamento que faltava fazer repasse de recursos à UNIR. Já que seu irmão já trabalhava na UNIR. Eu estou tentando juntar um fio com o outro, porque os fios parecem que estão meio soltos, mas não estão não, está um interligado ao outro. Porque com o tempo que o seu irmão está lá na UNIR, foi o tempo que demorou a receber os repasses do estado, 2018, que foram feitas várias investidas cobrando o estado para poder repassar os recursos. Logo depois foi o momento que a senhora entrou na UNIR para prestar serviço. A senhora já entrou num momento tão especial que a senhora que preparou a peça jurídica questionando a desqualificação da UNIR. Por isso que eu faço essa pergunta, o seu marido entrou na UNIR com que finalidade? Como presidente do conselho. Mesmo por um pequeno período, qual foi a finalidade? Porque isso não está claro.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Então vamos lá. Eu entrei no Instituto UNIR para trabalhar porque havia uma demanda jurídica. Realmente...

A SRA. LUCINHA - Isso a senhora já explicou.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Certo. A senhora perguntou por que que eu entrei. Quando estava lá, o presidente do conselho e as outras pessoas do conselho pediram para sair antes de finalizar o período, porque ia ser um período de dois anos. Então eles precisavam de pessoas que pudessem completar o período e queria pessoas que fossem técnicas. Então o meu irmão falou assim: "Ah, vê com o José Carlos se ele aceitaria ficar esse período". E como eu já estava trabalhando lá, ele então aceitou, desde que fosse pelo curto período até fechar o ano, apenas que eles pudessem encontrar outras pessoas que pudessem fazer parte do conselho. E só durante esse período, não havia nenhum motivo especial a não ser a necessidade de que precisava fazer uma composição para o conselho e não havia pessoas.

A SRA. LUCINHA - Mas não foi exatamente no momento em que ele precisava fazer logo a transferência dele para o estado?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não, isso foi ano passado.

A SRA. LUCINHA - Ele já estava trabalhando nisso, não é, querida? Ninguém faz uma transferência de uma hora para outra. Eu sou deputada e não consigo fazer isso com funcionário nenhum. Como é que o seu marido de uma hora para outra está insatisfeito, dá entrada no protocolo e pede a transferência para o estado? Isso não existe. Isso é um processo que já vinha sendo maturado há bastante. Ele não foi para o conselho...

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não havia...

A SRA. LUCINHA - Eu quero afirmar aqui à deputada Marthia Rocha e a todos os membros da comissão que não foi por acaso que o esposo da nossa advogada aí, a nossa jurista Ana Cristina, não foi por acaso que ele foi parar durante um pequeno período como presidente do conselho da UNIR. Aí tem um propósito, e tem um propósito claro que essa comissão tem que ir a fundo investigar. Ao mesmo tempo que ele sai do município de Teresópolis, que é um município que nós já conhecemos do passado, da época que teve lá a calamidade na época das chuvas, é um município complicado, ele já estava tentando a transferência dele para a Secretaria de Saúde. Então, eu estou tentando unir todas as ferramentas que eu tenho. Vai me dizer que o seu marido foi ser presidente do conselho justamente porque o seu irmão pediu? Porque existem interesses em relação a isso. Está certo? Aqui não tem nenhum bobo. Aqui, bobo da corte não tem. Ninguém trabalha de graça. E ele foi parar lá na presidência do conselho da UNIR porque ele tinha um papel a cumprir, e que nós, até agora, não sabemos, enquanto membros dessa Comissão. Mas nós vamos descobrir.

Ele ocupou aquele espaço por um período pequeno. Não foi só porque era até o final do ano, foi porque tinham outros procedimentos jurídicos, deputada Marthia Rocha, na Secretaria de Saúde demandados da UNIR, de outras irregularidades. E não só irregularidade desse contrato, de outros contratos também.

Eu queria registrar, deputada Marthia Rocha, que nós temos que ir a fundo em relação a essa questão. Porque essa resposta que foi dada pela advogada não é tão simples assim. A senhora conhece alguém, a senhora como deputada, ou Mônica, a Rejane, que receba um convite para colocar o marido para ser Presidente do conselho deliberativo de uma Organização Social, que tem um contrato de milhões com o estado? De milhões! Que recebeu tudo. E que a empresa foi desqualificada, e depois requalificada! A senhora conseguiria? Claro que não, deputada Marthia Rocha; claro que não, Mônica.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Eu quero fazer um aparte.

Primeiro, não havia nenhum objetivo escuso. Ele não foi convidado para ser presidente, ele foi convidado para incorporar o conselho, e, aí, foi nomeado na ata da assembleia. Isso não havia nenhum tipo, não há como 'linkar' fatos que não existem. Isso aí que a senhora está alegando ilações.

A SRA. LUCINHA - Não estou, não. Não estou, não. A senhora é que não responde de forma adequada e clara. A senhora é que omite informação. A senhora se sentava ao lado do Velhote, que esteve na audiência aqui e disse que não lhe conhecia, que a senhora era só irmã, que a senhora foi contratada porque era irmã do José Carlos, do Luiz Cláudio Costa. A senhora foi contratada não é porque a senhora é boa advogada não, que tem uma larga experiência. A senhora só foi contratada porque o seu irmão a colocou dentro da UNIR. Por isso que a senhora foi contratada! Não foi por outra questão, não. A senhora foi contratada porque o seu irmão colocou a senhora lá.

Da mesma forma...

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - deputada...

A SRA. LUCINHA - Eu quero que a senhora ouça. Que o seu irmão só foi parar no Conselho da UNIR porque... o seu marido só foi parar no Conselho porque era seu marido. Por isso que ele foi parar lá no Conselho da UNIR, senão não ia parar lá não. Ele continuar ainda perigando aí para poder encher o saco de alguém para ir para a Secretaria Estadual de Saúde.

Então, eu quero que fique claro, deputada Marthia Rocha, que nós temos que ir a fundo nessa questão.

A senhora tem a responsabilidade, como todos nós. Ninguém vai parar em um Conselho Deliberativo da UNIR se não for uma indicação, uma indicação política. Aí, tivemos que juntar o interesse do Mário Peixoto, o interesse do governador e desses advogados que estão em volta, para a gente poder ter clareza do xadrez que colocaram a população, que acabou morrendo, porque não tinha respirador, porque as UPAs não funcionavam, mas a UNIR recebia todo mês, ou depois recebeu todos os restos a pagar pela benesse do governador, que, além de requalificar pagou tudo o que devia.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Deputada, peço que conclua, por favor.

A SRA. LUCINHA - Peço desculpas, Marthia Rocha, mas eu... tem certas horas que a indignação é muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Respondendo à sua pergunta, deputada Lucinha, nós nunca receberíamos um convite desses. As pessoas nos conhecem.

Deputada Enfermeira Rejane.

Deputado Luiz Paulo, seu som está vazando. Pode fechar, por gentileza?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Eu queria cumprimentar a Sra. Ana Cristina Silveira da Costa. Obrigada por estar aqui com a gente.

As minhas perguntas, muitas delas já foram solicitadas pelos demais deputados. Eu queria só reafirmar algumas questões. A senhora foi contratada em 01/06/19 até janeiro de 2020. Então, a senhora ficou seis meses como prestadora de serviço na empresa UNIR. Correto?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Correto.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Qual tempo exato do seu marido? Quando foi a contratação dele?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Ele não foi contratado, ele foi eleito no conselho.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Isso. Qual foi o tempo? Quando foi que ele entrou?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Em novembro de 2019 até janeiro de 2020.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Então, ele ficou três meses.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Sim.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Então, a senhora ficou seis meses e ele três meses, ok. Ele não recebeu remuneração informal de nenhum valor.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Informal.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Não teve remuneração, ok.

Eu tenho aqui uma pergunta sobre a contratação do seu escritório. Como a gente pode acessar o valor dessa contratação, Sra. Ana?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Eu posso mandar o contrato.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - A senhora, por favor, eu vou solicitar também por escrito esse valor, porque existem contratos de serviço em que aparentemente não é possível mensurar preços, não é? Especialmente a prestação de serviços advocatícios.

A senhora tem o valor que possa repassar do contrato feito com o escritório do Sr. Vanderler?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Eu teria que saber qual é o escritório dele. E, aí, eu poderia verificar se eu tenho algum arquivo a respeito disso. Mas os contratos todos de contratação de terceirização ficavam no portal da transparência do Instituto, na página.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Esse escritório do Dr. Vanderler Lima Júnior foi de que período a que período?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Eu não sei, eu teria que saber o nome do escritório, porque eu não estou 'linkando' o nome do escritório à pessoa.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Então, a senhora não tem o nome desse escritório.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Deixe-me contribuir, deputada. É Chermont, Vanderler e Crespo.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Ah, o escritório no Chermont é o escritório que fazia toda a parte de assessoria trabalhista. Fazia nessa época, não sei se ainda faz. Presta serviços na área trabalhista e algumas de administrativo, sim.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - A senhora ficou nesse período de seis meses e só atuou nesse processo da desqualificação e requalificação, não é isso?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não, eu trabalhei dando assessoria jurídica nos contratos celebrados com o estado. Então, eu fazia toda a parte análise contratual, respondia aos ofícios, fazia defesa administrativa, recursos administrativos, fiz também todos os contratos...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Durante seis meses.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É. Os contratos de terceirizados, quando faz o processo de seleção de contratação de empresa terceirizada, se formaliza através de um instrumento contratual, e era minha obrigação fazer esses contratos e aditivos.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE Geralmente quando um advogado entra ou sai de alguma instituição, esses processos são repassados um a um para o advogado que está assumindo. A senhora recebeu esses processos de qual advogado?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Do Dr. Álvaro.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Dr. Álvaro. Ele que era responsável por esse trabalho.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É, pelo jurídico do Instituto, antes de eu entrar.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - E quando a senhora entrou, não tinha ou já tinha algum processo em relação à UNIR, à requalificação da UNIR?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Da requalificação? Não porque a UNIR estava qualificada.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Da desqualificação, desculpe.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Ah, da desqualificação não havia o processo específico.

Esse processo que levou à desqualificação era um processo de análise de, digamos assim, descumprimento contratual que foi analisada e gerou a desqualificação. Não era um processo...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - E quem abriu esse processo? Foi a minha pergunta.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - A Subsecretaria Executiva.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Foi um processo aberto pela Secretária, pela SES.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Mas quem respondia a ele na UNIR?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Ah, sim. A UNIR recebeu um comunicado nesse processo. Ele abriu com um ofício que foi encaminhado para o Instituto UNIR, e lá o advogado, Dr. Álvaro, fez a defesa prévia. Depois o processo tramitou sem que o Instituto fosse chamado para falar nesse processo.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Aí a senhora entrou, fez a sua defesa e ele foi aceito pelo governador.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É, aí, quando houve a publicação da portaria de desqualificação, eu trabalhava lá, e aí então, eu fiz o recurso administrativo.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Agora, depois que a senhora recebeu o serviço do Dr. Álvaro, quando a senhora saiu, a senhora não passou o serviço para nenhum advogado.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não, não.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - A senhora achou estranho...

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Até porque eu trabalhava com os contratos da SES. E os contratos tinham sido encerrados. Então, não havia. O trabalho que eu fui contratada para fazer se extinguiu desde o momento em que os contratos se extinguiram.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Sim, mas se foi feito uma defesa, esperava saber o que está acontecendo... Ninguém vai parar o serviço pela desqualificação. Vocês buscaram o direito da ampla defesa, que a senhora trouxe aqui. Então, obviamente as coisas não poderiam parar. Processos não param. Simplesmente, "ah, agora acabou", e... não são assim. Eles não têm vida própria.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Provavelmente eles contrataram um novo advogado, e basta ler o processo que outro advogado pode dar seguimento, tranquilamente.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Estou falando isso, Dra. Ana, porque já trabalhei em instituições onde os advogados se movimentam, saem, entram, mas eles repassam todos os processos, um por um. E isso infelizmente não aconteceu com a senhora, que ficou

ali durante seis meses. A senhora recebeu os processos; no entanto, a senhora não repassou os processos. E esse fato fica muito estranho para nós, como já foi levantado aqui pela deputada Lucinha, porque é uma coisa, como se diz, atípica. Se não tem nenhum problema, se está se defendendo -se não tem nenhum problema em tese, não é? - uma instituição, que seria a UNIR, o óbvio seria essas coisas acontecerem dentro de uma normalidade, de uma tramitação. A senhora recebeu do Dr. Álvaro, a senhora sai e repassa para outro também. Todos os processos, independente se a UNIR já tinha ou não sido desqualificada. Até porque a senhora fez todo um esforço para ela ser requalificada. Então, tinham vários outros processos que estavam em curso na defesa do Instituto perante a Secretaria Estadual de Saúde.

Então, o que a gente não consegue entender é por que essa descontinuidade, esse processo que... Mas, tudo bem, pode ser que a senhora não saiba...

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É, porque eu avisei que ia sair. Eu avisei que ia sair e fiquei aguardando a contratação do novo profissional e que eu pudesse passar. De qualquer forma, todos os arquivos, todos os documentos estavam lá na sede para acessar o novo profissional. O documento vem do estado.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Aí tem duas perguntas que a gente gostaria que a senhora respondesse, com muita tranquilidade. O seu marido ficou três meses e depois pediu para sair. A senhora ficou seis meses e pediu para sair. O que motivou os senhores a ficar tão pouco tempo numa instituição que é bacana, tem o valor em salário bacana? Pelo menos no seu caso, não do seu marido. Mas, hoje em dia, tem muitas... até advogado, tem muita dificuldade de pegar empregos bacanas. Então, o que lhe motivou para pedir para sair? Assim como seu marido, depois de três meses?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - A mim foi o encerramento dos contratos com a SES. Porque o meu trabalho encerrou quando se encerraram os contratos. Não havia mais uma demanda para ser atendida...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Só um minutinho, só um minutinho. A senhora, então, acha que a perspectiva, até do seu marido também, que estava na Direção, era que vocês não conseguiriam uma requalificação. Então, a senhora achou... Porque não era só o processo desse processo de requalificação. A senhora informou que tinham vários outros processos que a senhora atuava. Então, na cabeça de vocês, a UNIR ia morrer ali, não faria mais contrato com o estado. É isso? Então, a senhora acabou o seu trabalho nesse processo aqui, que a gente tem na íntegra, processo de requalificação. Mas não os outros processos que a senhora informou que tinha. A prestação de contas, e todas as outras que provavelmente, se a UNIR desse continuidade, obviamente sempre teria algum processo.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - É. A partir do momento do encerramento dos contratos e das demandas, dos ofícios, das defesas, também exauriu o meu trabalho. Então, para mim, eu decidi que não valia a pena mais continuar, por motivos pessoais. Eu também fiquei com problema de saúde e resolvi sair.

Quanto ao meu esposo, foi o que eu expliquei. Ele concordou em participar do conselho por um momento, para suprir aquela demanda, mas só até o final do mandato, que acabou em janeiro. Ele não iria ficar mais, não havia interesse, porque, apesar de não haver uma disponibilidade de ação muito grande - o conselho, quando se reúne, é uma vez por mês, é um período não muito extenso, ou seja, não há uma dedicação muito significativa de tempo e de trabalho -, não havia interesse dele de permanecer.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Ele só entrou mesmo para ficar esse período de três meses, que foi justamente esse período para terminar o mandato. As outras pessoas saíram sem terminar o mandato. Ele entrou para fazer um mandato-tampão, de três meses, nesse período tão conturbado que a OS estava passando.

Eu fico por aqui, Sra. Ana.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO -Deputada Marthia, me permite só uma informação? Talvez... Eu pedi à assessoria para fazer uma varredura lá no site da Secretaria de Saúde para tentar a subsecretaria citada. Não sei se esse programa tem um *status* de subsecretaria. Mas o que tem lá - e não tem uma atualização dos nomes das pessoas que compõem - é o Programa Estadual de Financiamento da Atenção Primária na Saúde, a PREFAPS. Essa é a sigla. PREFAPS. P- R- E- F- A- P- S.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - É isso, Dra. Ana Cristina, que ele trabalha?

A SRA. ANA CRISTINA COSTA - Não, não. Trabalho no órgão chamado, que eu já falei, SAECA.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Pedir o processo administrativo, que tramitou na liberação do Sr. José Carlos Rodrigues Paes. Como é que foi esse trâmite e as autorizações que foram dadas nesse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Só um minutinho, deputada Enfermeira Rejane. Vou indagar dos Srs. Deputados se desejam fazer mais algum questionamento.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Presidente, se possível, queria fazer um breve questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Deputado Renan.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Presidente, eu queria retomar um ponto importante aqui, que a gente vem conversando nessa oitiva, e eu queria ouvir da Sra. Ana Cristina se ela sabe quem convidou o marido dela para trabalhar na Secretaria de Estado de Saúde.

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não, não sei.

O SR. RENAN FERREIRINHA - A senhora conheceu a Lisle Rachel de Monroe Carvalho, que foi presa na Operação Favorito, e foi Secretária de Saúde de Teresópolis, onde o seu marido também trabalhou antes de vocês estarem na UNIR?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Sim, conheci.

O SR. RENAN FERREIRINHA - E a sua relação com ela era uma relação profissional ou vocês tiveram uma relação mais próxima, além disso?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Profissional.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Você diria que foi a Lisle Rachel que convidou seu marido para ir trabalhar na Secretaria de Saúde de Teresópolis?

A SRA. ANA CRISTINA SILVEIRA DA COSTA - Não. Ele foi trabalhar depois que ela foi Secretária.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Está bom. Obrigado, Presidente. Obrigado, Ana Cristina.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Indago dos Srs. Deputados se desejam fazer mais alguma intervenção. Deputada Enfermeira Rejane, Deputado Luiz Paulo, Deputada Lucinha?

A SRA. LUCINHA - Eu só gostaria de solicitar que a advogada encaminhasse para a Comissão, ou a Comissão solicitaria, a cópia das atas de que o marido participou como Presidente do Conselho da UNIR. Quantas vezes esse Conselho se reuniu? Porque tem que ter uma ata. Nós sabemos que, da forma que as coisas acontecem, nem sempre existia ata, não é, Marthia? Nem tudo é às claras. Mas aquilo que é às claras que pelo menos encaminhe para essa Comissão para ver se realmente esse Conselho Deliberativo se reuniu e o esposo dela fez parte de alguma reunião importante para deliberar algum assunto que diz respeito à UNIR Saúde. Obrigada, Marthia.

A SRA. PRESIDENTE (Marthia Rocha) - Obrigada, deputada. Deputada Enfermeira Rejane. Está sem som, deputada.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Estava fechado. Desculpe. Eu queria saber, Dra. Ana, se o seu trabalho era relativo somente direcionado à SES ou também às outras, às empresas contratadas. Por exemplo, empresa de alimentação, empresa de fornecimento de medicação. Porque a informação que nós temos é que algumas dessas empresas não cumpriam com as suas obrigações. Então, as alimentações não eram fornecidas adequadamente, a medicação. Então, o contrário, não é? A senhora também atuava em relação a esse descumprimento de contrato por parte dessas fornecedoras, dessas empresas fornecedoras, ou não?